



III PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE

Brasília, 19 e 20 de agosto de 1997



I HISTÓRICO

A III Plenária Nacional de Conselhos de Saúde foi realizada em Brasília (DF), no auditório Petrônio Portela do Congresso Nacional. Estiveram presentes cerca de 400 conselheiros representantes de Conselhos Estaduais e Municipais de 24 Estados (ausência de SC, AP e RR). Dentre os fatos que marcaram o encontro, se destacou a mobilização realizada em favor da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 169 (PEC 169), sobre alocação de recursos vinculados ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A atividade incluiu várias reuniões com parlamentares e líderes de bancadas e de partidos.

Também fizeram parte das discussões da III Plenária, uma avaliação da situação da Saúde Pública em todos os Estados brasileiros, bem como debates em torno da Norma Operacional Básica do SUS (NOB – SUS) e da avaliação do orçamento do Ministério da Saúde de 1998.

II PAUTA E RESOLUÇÕES

1 Informes sucintos sobre atividades nos Estados:

- RS** – Passaram o abaixo-assinado pela PEC 169, Fizeram manifestações; criaram comitê em Defesa dos Hospitais Públicos contra a transformação de hospitais em organizações sociais; organizaram Plenária Estadual de Conselhos.
- PE** – Passaram abaixo-assinado. Realizaram Plenária Estadual de Conselhos com 67 municípios presentes. Lutam pelos 10% dos orçamento estadual para a Saúde.
- RN** – Plenária Estadual de Conselhos com a presença de 38 Municípios. Debate sobre a NOB 96 orientando os municípios.
- MG** – Plenária Estadual de Conselhos com 76 municípios. Manifestações a favor da PEC 169, com amplo apoio de diversas forças políticas do Estado.
- DF** – Plenária de Saúde do DF com 25 entidades presentes. Passaram abaixo assinado em apoio a PEC 169.
- PA** – Lei estadual cria organizações sociais no Pará. Lutam pela PEC 169, apoio na Câmara Municipal de Belém da Assembléia Legislativa. Plenária Estadual funciona com dificuldades, problema de distância entre municípios. Farão seminários descentralizados.
- SE** – Atividades de rua a favor da PEC 169. Não há Plenária Estadual. CES e CMS da capital atuam em conjunto.
- AM** – Passaram abaixo-assinado. Muitos CMS atuando pela PEC 169. Dificuldade em organizar Plenária de Conselhos. Fazem encontros descentralizados.
- RJ** – Plenária Estadual funcionando, havendo algumas Plenárias Regionais. Apoio a PEC 169. Queixa de barganha de cargos em hospitais públicos.
- MA** – Plenária Estadual funcionando. Sentem necessidade de melhor definição sobre composição de conselhos de saúde. Passaram abaixo assinado pela PEC.
- MT** – Passaram abaixo assinado. Realizaram debates sobre a NOB 96. Articulam CES com CMS.
- PB** – Passaram abaixo assinado. CES atuando pela aprovação da PEC 169.
- AL** – Estado sob intervenção camuflada. Apoiam PEC 169. CES e CMS da capital resistindo a situação de caos gerencial no SUS.

- CE** Criaram fórum em defesa da saúde pública. Plenária Estadual pouco articulada. Comissão bi-partite esvazia CES. CMS da capital desestruturado.
- BA** Atuam a favor da PEC 169. Projeto de organização social aprovado na Assembléia Legislativa mas ainda não regulamentado. Vários setores são contra.
- PI** Mobilização pela PEC 169 avança gradativamente. Problema de financiamento no SUS.
- ES** Marcha pela Saúde reuniu 8000 pessoas. Plenária Estadual com grande participação de municípios. Passaram abaixo assinado. Debatem NOB 96.
- PR** Passaram abaixo assinado. Seminário em Defesa do SUS reuniu 150 entidades. Oficina do CES com CMS. CES fará seminário com vereadores e deputados sobre o SUS.
- TO** Apoio à PEC 169 nos conselhos e nas entidades, com várias moções. Mobilizaram sociedade.

OBS: Os demais Estados presentes não passaram informe. Estava previsto manifestação Pró-SUS em SC na mesma data dessa Plenária.

2 NOB 96

Informou-se sobre os debates na Comissão Intergestores Tripartite e os impasses na implementação da NOB, particularmente no que se refere ao valor a ser repassado para os estados e Municípios. A Plenária posicionou-se pela imediata implantação da NOB, sem prejuízo financeiro para as esferas estaduais e municipais.

3 Orçamento 98 para a Saúde

- Informou-se que o Ministério da Saúde encaminhou ao Conselho Nacional proposta orçamentária no valor de R\$19,5 bilhões para 1998. A Lei de Diretrizes Orçamentária atual determina que o Governo Federal não pode gastar menos recursos em 1998 com a Saúde do que gastou em 1997. O Ministério da Saúde encaminhou proposta para 98 que corresponde ao mesmo valor previsto para gastos em 97, alegando que com a diminuição do pagamento de dívidas no próximo ano haverá mais folga de caixa. O Conselho Nacional de Saúde não concordou, ampliando a proposta para R\$22,9 bilhões. Acrescentou recursos para implantação da NOB 96, para pagamento de pessoal – cujo reajuste previsto era 0% pelo terceiro ano consecutivo, – para Saúde do Trabalhador, dos Portadores de Deficiência, e outras áreas.
- A Plenária Interconselhos de Saúde referendou a proposta do CNS de aumentar recursos para o SUS e defenderá o percentual correspondente a 10% do orçamento dos Estados e Municípios para a Saúde.

4 PEC 169

- Prevê-se votação da PEC para início de outubro. caso não ocorra, dificilmente se dará ainda esse ano. Deputados presentes de vários partidos avaliaram a possibilidade da PEC vir a ser aprovada se de fato crescer a mobilização social. A Plenária defende a PEC em sua versão original, ou seja, 30% do Orçamento da Seguridade Social.
- Observa-se que o Governo Federal manifestou-se, a alguns meses, favorável a vinculação de recursos para a saúde, chegando alguns setores a expressarem apoio a PEC. Houve um certo recuo nessa posição, ao mesmo tempo em que começaram a debater a prorrogação da CFMF, prevista para acabar no início do ano que vem.



Decidiu-se pela continuidade da mobilização pela aprovação da PEC, centrando a atuação no local de moradia dos deputados federais e senadores. Queremos verbas definitivas para a saúde e não alternativas provisórias. Propostas aprovadas:

- Organizar junto ao CNS um painel dos deputados e senadores que estão a favor e contra a PEC 169. Em cada Estado, os conselhos estadual e municipais devem fazer contato com os parlamentares, perguntando como votarão em relação a PEC. Em seguida, informar ao CNS (preferencialmente por fax) a posição destes.
- Atuar junto as Comissões de Saúde das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, para apoio a PEC 169, pressionando os parlamentares federais da região.
- Propor ao Ministério da Saúde utilizar campanha de mídia e o Canal Saúde para divulgar apoio a PEC 169.
- Marcar nova Plenária Interconselhos para o final de setembro início de outubro, caso confirme a votação da PEC para esse período. (proposta inicial: 30 de setembro e 1 de outubro).

Obs.: ver relatório a seguir sobre manifestação em Defesa do SUS, e pela PEC 169.

5 Funcionamento da Plenária Interconselhos de Saúde

Os Estados de MG, MA e PE trouxeram propostas de funcionamento da Plenária, propondo periodicidade (semestral, anual, quando necessário?), local (preferencialmente Brasília, rotação?), coordenação (dois por estado, um por Região, etc.). Por falta de tempo para esse debate e porque muitos conselhos não tinham discutido esse tema, ele foi adiado. De qualquer maneira deliberou-se:

- na convocação da próxima Plenária, insistir na importância dos conselhos patrocinarem a vinda dos conselheiros.
- enviar junto a esse relatório a relação dos membros do CNS, indicando quais estiveram presentes nas três plenárias nacionais ocorridas. OBS.: essa solicitação surge em função da pouca presença de conselheiros nacionais na Plenária Interconselhos.

Sem mais pontos na pauta, encerrou-se a Plenária convocando a todos para a Manifestação em Defesa do SUS e pela PEC 169 no dia seguinte, 20 de Agosto.

III MANIFESTAÇÃO PRÓ-SUS PELA PEC 169/93

No dia 20 de agosto, os participantes da III Plenária Nacional de Conselhos de Saúde dedicaram esforços a uma série de atividades em defesa de mais recursos para o Sistema Único de Saúde.

O esforço visava sensibilizar especialmente aos deputados e senadores sobre necessidade da aprovação da PEC 169/93, sobre a vinculação de verbas dos orçamentos da União, Estados e Municípios ao financiamento do SUS.

A manifestação, que envolveu cerca de 500 pessoas, entre conselheiros e representantes de entidades de todo o Brasil, desenvolveu-se em três etapas:

1 Ato Político:

A III Plenária promoveu um ato político com a presença de vários deputados (Eduardo Jorge – PT, Jandira Feghalli – PCdoB, Darcísio Perondi – PMDB, Humberto Costa – PT, José Aristodemo Pinotti – PMDB, Colber Martins – PMDB, Sergio Miranda – PMDB, Serafim Venzon – PDT, Jair Mene-guelli – PT, Paulo Rocha – PT, Agnelo Queiroz, PCdoB, Arlindo Chinaglia – PT); da senadora Bene-dita da Silva; da Frente Nacional dos Prefeitos (representada por Kátia Born, Prefeita de Maceió); CONASEMS; CUT; CONTAG; e da Plenária Nacional de Saúde, que vem desenvolvendo o Move-mento SOS SUS. Durante o Ato avaliou-se a possibilidade de aprovação da PEC 169 no início de outubro e foram organizadas comissões para as audiências com os líderes de partidos e do Governo.

2 Audiências com os líderes de Bancadas:

Uma série de encontros com alguns dos principais líderes do Congresso ocorreram por ini-ciativa dos participantes da III Plenária, e com o apoio dos conselheiros do Conselho Nacional de Saúde. As audiências expressaram a opinião dos políticos com relação ao pleito dos delegados. A seguir, a síntese das opiniões expressadas pelos parlamentares:

- PFL** O deputado Inocêncio de Oliveira expressou-se favoravelmente à vinculação de recursos para a Saúde. Comentou que o fato da Educação já possuir recursos vin-culados, favorecia a aprovação da PEC. Dispôs-se, em nome do PFL, a apoiar a causa.
- PMDB** O deputado Gedel Vieira Lima dispôs-se a apoiar a PEC 169, em nome do PMDB. Colocou-se a disposição para pedir votação em regime de urgência urgentíssima à PEC 169.
- PTB** O deputado José Coimbra (acompanhado pelo vice-líder do PTB) expressou seu apoio a PEC 169. Conforme comentou com a comissão de conselheiros, por ser do setor Saúde, ele é o formador de opinião na bancada do PTB sobre o tema.

— Governo:

O Deputado Luís Eduardo Magalhães afirmou ser pessoalmente contra a vinculação de recur-sos orçamentários, mas que define Saúde como uma prioridade. Informou que observa que os apoia-dores da PEC 169 estão ganhando aliados e que ele, pessoalmente, dispôs-se a ser um deles.

- **Bloco de Oposição:** Inúmeros deputados do PT, PCdoB, PDT e representantes do PSB manifestaram total apoio do Bloco de Oposição à PEC 169.

OBS: representantes estaduais do PPS expressaram que esse partido também apoia a PEC 169

3 Audiência com o Ministro da Saúde:

- O ministro da Saúde se encontrou com os participantes da III Plenária, no audi-tório do Ministério, para tratar da PEC 169/93. Foram entregues ao Ministro, o abaixo-assinado em favor da Proposta, contendo cerca de 150 mil assinaturas, e centenas de moções favoráveis à PEC, aprovadas em conselhos de saúde, comis-sões de saúde de Câmaras Municipais, entre outras instâncias.
- Os participantes da III Plenária também solicitaram empenho do Ministério para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional. Na audiência, ainda foram levantados os outros pontos aprovados na Plenária, referentes à NOB 96, orça-mento SUS 98 e regulamentação dos planos e seguros de saúde. Um repre-sentante de cada macror-região nacional, eleito entre os conselheiros presentes,



expôs ao Ministro as principais questões referentes ao SUS que preocupam os Estados de sua área de abrangência. Documento especificando os problemas e reivindicações abordados ficou de ser encaminhado ao gabinete.

- 4 **Duas audiências mais estão previstas:** com o Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, no dia quatro de setembro, e com a liderança do PSDB, à ser agendada.



IV PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE

Brasília, 2 e 3 de dezembro de 1997



I HISTÓRICO

Mais uma vez em Brasília (DF), representantes dos Estados e Municípios se juntaram para discutir a situação da saúde no Brasil. A articulação do Movimento em Defesa do SUS ganhou impulso com a aprovação do ato convocando a realização do 2º – Encontro Nacional de Conselhos de Saúde, previsto para maio de 1998.

Outro avanço percebido na IV Plenária, foi a criação de uma Comissão para atuar como Coordenação Provisória da Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde. A mobilização em favor da aprovação da PEC 169/93 também esteve no centro das atenções, com a confirmação da continuidade de uma série de ações para chamar a atenção da sociedade, especialmente dos políticos, para o esforço.

II PAUTAS E RESOLUÇÕES

1 Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde

Analisando as inúmeras dificuldades pelas quais passam os Conselhos de Saúde em todo o Brasil, com raras exceções; a necessidade de melhorar a articulação entre os Conselhos de Saúde nas diferentes esferas de governo; as ameaças e conflitos sofridos pelos Conselhos em inúmeros lugares, com perdas de funções e desrespeitos à legislação vigente, os Conselhos de Saúde de todo o país resolvem:

- a) Convocar o 2.º Encontro Nacional de Conselhos de Saúde para a segunda quinzena do mês de maio, à ocorrer na Cidade de Brasília.
- b) O 2.º Encontro Nacional deverá ser precedido por Encontros Estaduais, à ocorrer nos meses de abril e início de maio. Da mesma forma, deverão ocorrer Encontros Municipais de Conselheiros, preparando o Encontro Estadual.
- c) Poderão participar do Encontro Nacional conselheiros eleitos nos diversos conselhos de saúde, respeitando-se sempre a proporcionalidade entre os usuários e o setor Saúde. Não há limites de representantes por Conselho.
- d) A inscrição para o 2.º Encontro Nacional deverá ser feita no Conselho Nacional de Saúde, mediante fax ou correio até o prazo de 10 dias antes do início do mesmo (data à ser divulgada na próxima correspondência).
- e) Criou-se uma Coordenação Provisória da Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, com o propósito de organizar o 3.º Encontro, composta por:

Representante da Região Norte

– Socorro Silva
 Tel.: (091) 986-2594, 212-2012 e 241-0238
 Fax.: (091) 242-7419 e 212-0437

Representantes da Região Nordeste – (2 representantes)

– José Teófilo Cavalcante
 Rua Areolino de Abreu, 1690
 64000-180 – Teresina, PI
 Tel.: (086) 223-7962
 Fax.: (086) 223-3988

– Alessandra Ximenes da Silva
 Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco
 Rua Antonio Valdevino Costa 280, Aptº 502 – Ed. Casa Forte – Bongi
 50640-040 – Recife, PE
 Tel.: (081) 445-7842, 412-6414 e 412-6415
 Fax.: (081) 227-7389



Representante da Região Centro Oeste

– Rosane Maria Nascimento
Tel.: (061) 325-4854 e 982-7761
Fax.: (061) 322-3078

Representantes da Região Sudeste

– Temistocles Marcelos Neto – Titular
Rua Carijós 244, Sala 513 – Centro
30120-060 – Belo Horizonte, MG
Tel.: (031) 273-4315 / 992-1143

– Iracema Vieira Poudóro – Suplente
Rua Afonso Cavalcanti 455, Sala 818 – Cidade Nova
20211-110 – Rio de Janeiro, RJ

Representante da Região Sul

– Lúcio Barcellos
Tel.: (051) 225-2134 – Fone/Fax – CES
(051) 488-5780 – Fone/Fax – Gravataí
(051) 968-1750 – Celular

Representantes do Conselho Nacional de Saúde:

- 01 (um) Portadores de Patologia e Deficiência;
- 01 (um) CUT;
- 01 (um) CONASEMS;
- 01 (um) CNBB.

OBS: Cada Estado deverá eleger um coordenador para preparar o Encontro, que por sua vez se relacionará diretamente com o coordenador da região.

- f) Haverá nova Plenária Nacional de Conselhos, no mês de março, para os acertos finais referentes ao 3.º Encontro.

2 Luta pela Aprovação da PEC 169/93

Os deputados Eduardo Jorge e Darcisio Perondi, autor e relator da PEC 169, avaliaram que se a PEC fosse votada em três de dezembro, conforme inicialmente previsto, a mesma seria derrotada. Considerando o clima pós-pacote do Congresso Nacional e as recentes votações de reformas, observaram que a derrota seria eminente propondo adiar a votação para 1998.

A idéia foi ganhar tempo para maior mobilização e articulação do movimento. Essa posição não foi consensual. A deputada Jandira Feghalli argumentou que, independentemente, do resultado, o melhor seria a votação da PEC no dia três de dezembro, conforme previsto, aproveitando a mobilização presente nesse dia em Brasília. A Plenária não se manifestou à respeito, sugerindo que os Conselhos debatam sobre a continuidade dessa luta. Como propostas de continuidade aprovou-se:

- a) Continuar a coleta de assinaturas em favor da PEC 169, assim como aprovar moções em vários fóruns apoiando a PEC.
- b) Adotar o dia sete de abril, – Dia Mundial da Saúde,– como uma data de luta pelo SUS e pela aprovação da PEC 169, com manifestações em todo o país. Sugerir aos parlamentares que a PEC seja votada nesse dia.
- c) Caso a PEC seja votada antes de sete de abril, fazer caravanas para a Brasília no dia da votação. Caso seja votada após essa data, propor como prazo máximo de votação o mês de maio, preferencialmente coincidindo com o 3º Encontro Nacional de Conselheiros.



3 Audiências no Congresso Nacional em 03/12/97

- Participaram das audiências uma comissão de conselheiros de vários Estados e Municípios do país bem como os deputados Eduardo Jorge (autor da PEC – 169) e Darcísio Perondi (relator da PEC – 169).
- A Primeira audiência foi com o deputado Oraceli , relator da Comissão de Orçamento do Congresso, que se comprometeu a lutar pela viabilização de mais verbas para o Orçamento/98 para a Saúde. Argumentou que a Saúde é uma questão de Segurança Nacional, e portanto, envidará esforços para que se cumpra a LDO, garantindo no mínimo o valor orçado para 97.
- Na seqüência, tivemos audiência com o deputado Gedel Vieira Lima (Líder do PMDB), que se comprometeu em lutar pelo descontingenciamento do Orçamento/97. Ficou de contatar com o deputado Oraceli para reforçar o seu posicionamento de garantir para o Orçamento de 98, no mínimo, o orçado em 97, ou seja, R\$20,4 bi. Irá discutir com a sua bancada sobre a PEC – 169, mas adianta que o Vice-Líder do seu partido é o relator da PEC – 169, o qual já se posicionou favorável a mesma.
- O deputado Inocêncio de Oliveira (Líder do PFL) se posicionou favoravelmete a PEC – 169, ao descontingenciamento do Orçamento 97 e à defesa para que o Orçamento de 98 seja, no mínimo, o valor garantido na LDO. Acrescentou que foi sábia a decisão do adiamento da PEC – 169, pois esse tempo será importante para a negociação e articulação com as lideranças dos partidos políticos. Apesar do seu apoio a esses pontos argumentou que a Saúde Pública deve ser somente para pobres e que aqueles que podem pagar, devem fazê-lo.
- Posteriormente, tentamos falar com o líder do PSDB, deputado Aécio Neves, no entanto, o mesmo não estava presente. Conversamos com o chefe do seu gabinete, Sra. Guida e com o deputado Otávio Elísio. Os mesmos ouviram as reivindicações e ficaram de conversar com a bancada de seu partido, não se comprometendo com nada.
- A avaliação da Comissão de Conselheiros de Saúde é que as audiências foram fundamentais principalmente porque foi aprovada uma comissão com representações dos partidos políticos dos quais conversamos. Essa comissão terá papel de negociar e articular, no sentido de criar um campo favorável à aprovação da PEC – 169.



V PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE

Brasília, 25 e 26 de março de 1998



I HISTÓRICO

A V Plenária Nacional, realizada em Brasília (DF), no Auditório Emilio Ribas do Ministério da Saúde, contou com a presença de 129 Conselheiros de Saúde, representando os seguintes Estados: Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Sergipe (19 Estados).

Na oportunidade, se discutiu a realização do 2.º Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde, previsto para junho de 1998. O grande avanço foi aprovação durante a V Plenária do regulamento da reunião.

II PAUTAS E RESOLUÇÕES

1 2.º ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHEIROS DE SAÚDE

- A Comissão Organizadora – formada por representantes do Conselho Nacional de Saúde (Ana Maria Lima Barbosa – ONEDEF; Gilson Cantarino O’Dwyer – CONASEMS; Jocélio Drummond – CUT; Lucimar Coser Cannon – Ministério da Saúde; e Zilda Arns Neumann – CNBB); das Regiões Norte – Socorro Silva (Belém/PA); Nordeste – José Teófilo Cavalcante (Teresina/PI) e Alessandra Ximenes da Silva (Recife/PE); Centro Oeste – Rosane Maria Nascimento (Brasília/DF); Sudeste – Temístocles Marcelos Neto (MG) e o Sul – Maria das Dores Tucunduva (Curitiba – PR) – apresentou a proposta de organização, e infra-estrutura e encaminhou a aprovação do regulamento do Encontro, previsto para ser realizado em Brasília nos dias 2, 3 e 4 de junho de 1998, com o apoio do CNS e GDF. O regulamento aprovado constou das seguintes pontos:

Capítulo I

Do Objetivo e do Temário

Art. 1.º – O 2.º Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde – ENCS, proposto pela IV Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e convocada pelo CNS, tem por objetivo geral debater o tema central: Efetivando o Controle Social.

Art. 2.º – Dos temas específicos: a) Discutir os grupos temáticos:

- 1 Fluxo de comunicação entre os conselhos e a sociedade e conselheiros e seus representados;
- 2 Capacitação de conselheiros: formação, acesso e divulgação das informações;
- 3 Orçamento, transparência e fidelidade nos gastos do setor saúde;
- 4 Avaliação das resoluções da 10ª Conferência Nacional de Saúde. Implementação e como viabilizá-las;
- 5 Monitoramento e avaliação dos resultados dos Conselhos; Infra-estrutura dos Conselhos; atuação de conselheiros; composição dos conselhos e escolha dos conselheiros;
- 6 Agenda básica de assuntos prioritários para discussão dos plenários dos Conselhos;
- 7 Ampliação do Controle Social: articulação com Ministério Público, Ouvidorias, Procuradorias de Defesa do Consumidor, Rede de Defesa da Cidadania, entre outros;
- 8 Operacionalização da NOB/96: participação dos conselhos;
- 9 Modelos de gestão.



Parágrafo Primeiro – Para cada item será elaborado um texto básico como subsídio para o debate.

Parágrafo Segundo – Cada grupo temático deverá apresentar relatório contendo resoluções a cerca dos temas.

Capítulo II Da Realização

Art. 3º – O 2.º ENCS realizar-se-á no período de 02 a 04 de junho de 1998, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília – DF.

Capítulo III Da Estrutura Organizacional

Art. 4º – O 2.º ENCS terá a estrutura organizacional de coordenação composta por 10 (dez) membros, assim distribuídos: Comissão Organizadora – Conselho Nacional de Saúde: Ana Maria Lima Barbosa (ONEDEF); Gilson Cantarino O'Dwyer (CONASEMS); Jocélio Drummond (CUT); Lucimar Coser Cannon (Ministério da Saúde); Zilda Arns Newmann (CNBB). Regiões: Norte – Socorro Silva (Belém/PA); Nordeste – José Teófilo Cavalcante (Teresina/PI); Alessandra Ximenes da Silva (Recife/PE); Centro-Oeste – Rosane Maria Nascimento (Brasília/DF); Sudeste – Temístocles Marcelos Neto (Belo Horizonte/MG); Sul – Maria das Dores Tucunduva – (Curitiba/PR). Apoio logístico e de divulgação: Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde; Governo do Distrito Federal e Conselho Distrital de Brasília.

Capítulo IV Dos Membros

Art. 5º – São delegados ao 2.º ENCS todos os conselheiros nacionais, estaduais e municipais de Saúde eleitos entre seus pares em seus respectivos Conselhos, conforme a Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Saúde e a Resolução da 10ª Conferência que define em 50% de Usuários, 25% de Trabalhadores de Saúde e 25% de Prestadores de Serviços Públicos e Privados conveniados com o SUS.

Parágrafo Único – É de responsabilidade de cada Município e Estado, o custeio de suas respectivas delegações à participação no 2.º Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde.

Capítulo V Da Inscrição

Art. 6º – As fichas de inscrição devem ser enviadas, até o dia 20 de maio de 1998, ao Conselho Nacional de Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, Salas 128 a 147 – Brasília/DF – CEP.: 70058-900, Telefones.: (061) 315-2151 e 315-2150, Fax.: (061) 315-2114 e 315-2472.

2 PEC – 169/93

Para debater a PEC – 169/93 foram convidados os deputados federais Eduardo Jorge (PT) e Darcísio Perondi (PMDB). Os deputados fizeram uma rápida análise das mudanças no Ministério da Saúde com a indicação do Ministro José Serra. Em síntese a avaliação enfatizou que um dos principais problemas do SUS é a falta de financiamento para o setor. Pela avaliação apresentada, o ministro José Serra enfrentaria a falta de orçamento para 1999 – ou um orçamento cortado – e ainda o FIM DA CPMF em dezembro.

Será cobrado politicamente se não conseguir resolver os problemas de financiamento da saúde. Em relação a aprovação da PEC – 169 vai depender da mobilização popular e uma ação articulada dentro do Congresso Nacional. Foram aprovadas propostas de mobilização.



3 Orçamento

Em relação ao orçamento, o consultor e conferencista Gilson Carvalho apresentou os dados referentes aos anos anteriores e de como o dinheiro da Saúde vem sendo orçado e executado. Enfatizou a necessidade de se ter um controle maior sobre o processo orçamentário através de uma Lei Plurianual; da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e da Lei Orçamentária, baseada na Plurianual que define os recursos a ser gasto na saúde. Explicou como vem sendo feito os orçamentos da saúde e a diferença entre o que está no orçamento e o que é executado.

4 Propostas Aprovadas na V Plenária:

- a) Realizar Atos Públicos nos Estados – mobilização em defesa da PEC – 169/93 e dos princípios e diretrizes do SUS.;
- b) Realizar Encontros Estaduais de Conselheiros;
- c) Escolher um Comissão para monitorar e mapear os votos dos deputados por Estado;
- d) Elaborar projetos de emendas às Constituições Estaduais, vinculando recursos de 10% dos orçamentos estaduais;
- e) Elaborar Boletim das Plenárias Nacionais;
- f) Pressionar os deputados em suas bases para assinatura de termo de compromisso de apoio a PEC – 169/93;
- g) Agendar audiências com Liderança das Bancadas Parlamentares para solicitar apoio à PEC – 169/93;
- h) Agendar audiência com novo Ministro após sua posse, através do CNS/CONASS/CONASEMS e Comissão Organizadora do 2.º ENCS, para comunicar a posição da V Plenária Nacional acerca da defesa dos princípios e diretrizes do SUS e da PEC – 169;
- i) Agendar audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no decorrer do 2.º Encontro Nacional de Conselheiros;
- j) Orientar em todos os Estados a impetração de Ação Civil Pública de Lesa Cidadania, através do Ministério Público Federal, contra o desfinanciamento do SUS;
- k) Encaminhar através do CNS a Moção de Apoio à aprovação da PEC – 169/93 ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

